

GÊNERO E PANDEMIA: CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA AMÉRICA DO SUL¹

Virgínia Coutinho de Barros²

Introdução

Com a eclosão da pandemia do coronavírus, os Estados buscaram medidas para proteger seus cidadãos como o fechamento de fronteiras, isolamento domiciliar, aprovação de decretos emergenciais, dentre outros. Todavia, paralelamente, a mulher nunca esteve tão vulnerável, em abril do último ano, mais da metade da população estava vivendo em confinamento. A ONU Mulheres alertava acerca do reflexo da pandemia sob os grupos estruturalmente vulneráveis. A chamada “Pandemia das Sombras” buscava atenção, principalmente, para os tipos de violência contra a mulher. Contudo, apesar do aumento no número de denúncias, estima-se que há uma quantidade ainda maior de vítimas ocultas, que não denunciam a violência que sofrem por medo, impotência e desapoio (ONU Mulheres, 2020).

A pandemia gerou uma crise não só sanitária, mas social e econômica. Na ordem social percebe-se o fechamento de creches, escolas, delegacias e centros de apoio a mulher. Na ordem econômica, o isolamento social, escancarou problemáticas que já havia sendo discutida antes da pandemia,

¹ Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

² Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Estácio do Recife. Pesquisadora integrante do Projeto Pró-Defesa (CAPES/Ministério da Defesa) "Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa: Cibernética e Defesa Nacional" e participante do Grupo de Pesquisa em "Respostas Governamentais e Impactos da COVID-19 nas Relações Internacionais" do Centro Universitário Estácio do Recife.

como a precarização dos vínculos empregatícios, o aumento do desemprego e as duplas e por vezes triplas jornadas de trabalho exercidas, no lar e fora dele, para a conquista do sustento familiar (Barbosa; Lima; Santos; Lanna; Andrade, 2020). Neste sentido, enfatiza-se as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que segundo dados do Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000 cerca de 22,2% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, em 2010 houve um aumento de 15,1% (IBGE, 2010).

Ao estudar o impacto da pandemia sob as mulheres, é importante que haja uma análise interseccional, para que não se construa um binário analítico e reduza a compreensão da violência contra a mulher a questões estritamente de gênero. Mas, que a compreensão seja a partir de uma perspectiva histórica, social, capitalista e de gênero abarcando as ramificações resultantes dos processos históricos de configuração social. Há um espectro de violência que atinge as mulheres de forma diferenciada, por ocuparem diferentes posições sociais. A mulher preta, parda, indígena, branca, migrante ocupam diferentes posições sociais, ao somar a classificação econômica, a conjuntura analítica se distingue, uma mulher preta chefe de família está em uma camada social, já a mulher parda de classe média em outra e assim por diante. Saber as características, a partir de marcadores, das mulheres que mais sofrem com os diferentes tipos de violência propicia a construção de políticas públicas mais efetivas a fim de combater, instruir e proteger essas mulheres (Barbosa; Lima; Santos; Lanna; Andrade, 2020).

A interseccionalidade abarca as diferenças entre as mulheres a fim de aproximar a ciência da realidade, e mostrar que é possível, começar a análise científica com o termo “mulher” como denominador comum, mas que apenas isso não basta para quantificar e qualificar o impacto da violência contra as diferentes mulheres que existem em uma sociedade. A partir desse contexto, pode-se analisar o número de casos de violência contra a mulher de forma interseccional, explorando o impacto da violência em consideração aos marcadores econômico, racial, de idade e educacional. Foram analisadas as

denúncias realizadas por mulheres no ano de 2020, em quatro países sul-americanos: Brasil, Argentina, Colômbia e Peru. A fim de responder as seguintes perguntas: quem são essas mulheres, qual foi o tipo de violência mais sofrida por elas, e quais são os padrões entre eles.

1. Brasil

De acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foram registradas mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020. Foram 13 mil denúncias a mais que no ano anterior, um aumento de cerca de 14,13%. Aproximadamente, 72% cerca de 75,7 mil denúncias são referentes a violência doméstica e familiar, caracterizadas por uma ação ou omissão que cause violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. As demais 29,9 mil denúncias que representam 28% do total referem-se à “violação de direitos civis e políticos, como crimes voltados a condições de trabalho análogas à escravidão, tráfico de pessoas, cárcere privado, liberdade de religião e crença, o direito ao acesso a saúde, a educação, cultura e segurança”. As vítimas que optativamente responderam ao questionário autodeclaratório, no momento da denúncia, se descreveram como mulheres pardas, em média de 35 a 39 anos, com ensino médio completo e renda de um salário mínimo (MMFDH, 2021).

2. Argentina

De janeiro a dezembro de 2020, o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade (MMGD) registrou cerca de 108.403 mil denúncias realizadas pela Linha 144. Foram respectivamente 8.912 denúncias em janeiro, 7.702 em fevereiro, 8.281 em março, 9.797 em abril, 9.830 em maio, 8.929 em junho, 9.670 em julho, 9.620 em agosto, 8.554 em setembro, 9.562 em outubro, 9.101 em novembro e 8.445 em dezembro. Cerca de 95% das mulheres sofriam violência

psicológica por parte de seu agressor, 90% sofriam violência doméstica, a violência física representou 67% das denúncias, já a violência econômica e patrimonial estava presente em 37% dos casos, a violência simbólica foi registrada em 34% das denúncias, por fim a violência sexual foi manifestada em 13% dos casos denunciados. Dentre o número total de denúncias, cerca de 14% tiveram o uso de arma de fogo ou arma cortante contra a mulher. As vítimas que responderam ao questionário autodeclaratório, se descreveram como mulheres, de 15 a 44 anos, 2% delas estavam grávidas e 3% tinham algum tipo de deficiência. Em comparação com os meses de abril a dezembro de 2019, o número de casos de violência contra a mulher aumentou cerca de 150% no último ano (MMGD, 2021).

3. Colômbia

De acordo com a ouvidoria dos departamentos de Arauca, La Guajira, Norte de Santander, Putumayo e Santander, em 2020, foram registradas cerca de 1.617 casos de violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQ+³ em zonas fronteiriças. Dos 1.617 casos registradas por esses cinco departamentos, 515 casos foram contra refugiadas, migrantes ou requerentes de asilo. Os tipos de violência que mais tiveram impacto na vida dessas mulheres foram a psicológica que representou 42% do total de denúncias, cerca de 27% relataram que sofreram violência econômica, 18% dos casos denunciavam a violência física, por fim as violências sexual e patrimonial representaram, respectivamente, 6% do número total de casos denunciados (DPC, 2021a).

Segundo o boletim elaborado pela Defensoria do Povo (2021), o contexto social e econômico pandêmico corroboraram para o aumento da violência contra os grupos estruturalmente vulneráveis, especificamente, as mulheres migrantes, refugiadas e a comunidade LGBTQ+, por conta das condições precárias de trabalho para a conquista do sustento pela economia informal,

³ Importante salientar que os dados apresentados pela Defensoria do Povo foram divulgados de forma conjunta, não diferenciando assim o número de casos sofridos por mulheres e/ou pela comunidade LGBTQ+.

“essas mulheres estão sendo expostas à escassez alimentar e à habitação nas ruas, devido aos despejos pela falta de pagamento do aluguel e, ainda, a atos de violência sexual”. O acesso a direitos básicos, como a saúde, foi igualmente atingido pela pandemia, no momento, a atenção é voltada a pacientes do novo coronavírus (DPC, 2021b, *tradução própria*).

Além dos números apresentados acima, o Observatório Colombiano da Mulher, em seu último relatório, aponta os números de denúncias recebidas pela linha 155, entre 25 de março a 02 de julho de 2020, comparando os dados reportados no mesmo período em 2019. Constatou-se que em 2020 houve um aumento de 130% em relação ao ano anterior, em 2019 foram recebidas 5.192 chamadas, entre 25 de março a 02 de julho. Já em 2020, foram 6.767 ligações a mais que no ano anterior, somando 11.959 chamadas, uma média de 119 ligações diárias, em 2019 a média era de 52 ligações diárias (OCM, 2020).

Conforme os dados do Observatório Colombiano da Mulher, a violência doméstica aumentou cerca de 148% em 2020, refletindo o impacto da pandemia na vida de mulheres que estavam vivendo diariamente com seu agressor. Em 2019 foram recebidas 3.605 ligações reportando casos de violência doméstica, em 2020 foram 8.923 chamadas atendidas, mais de 90% das ligações realizadas foram feitas por mulheres. Cerca de 3 em cada 4 mulheres que procuraram a ajuda estatal, residiam nos departamentos de Bogotá, Antioquia, Valle del Cauca, Cundinamarca, Atlántico e Santander (OCM, 2020).

4. Peru

O Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (MMPV) aponta 114.495 mil denúncias, em 2020, 67.390 a menos ao comparar com o ano anterior. Entretanto, nos relatórios disponibilizados ao público, os meses de abril, maio e junho não constam dados. Dentre o número total de denúncias, cerca de 85,5% foram registradas por mulheres e 14,5% por homens. Com relação a idade das vítimas, as mulheres adultas representavam 62% do número de casos, em

seguida a classe etária mais afetada pela violência eram as crianças sendo 17% do número total de casos, os adolescentes representaram 14% e os idosos 7% do número total. Com relação aos tipos de violência vividos pelas vítimas, em primeiro lugar, consta a violência psicológica com 48, 91%, em segundo a violência física que representou 38, 53%, em seguida a violência sexual com 12,09%, e por fim com 0,47% dos casos a violência econômica e patrimonial é o último tipo de violência no ranking estatal. As adolescentes entre 12-17 anos sofreram mais com a violência sexual, as adultas entre 26-35 anos vivenciaram mais a violência física e a violência psicológica, já a violência econômica foi mais constatada dentre as mulheres idosas acima de 60 anos (MMPV, 2021).

Tabela 1: Comparação entre os Países

| Países | Quem são essas mulheres? | Qual foi o tipo de violência mais sofrida por elas? | Quais são os padrões? | Constatação |
|------------------|--|---|--|--|
| Brasil | Mulheres pardas, em média de 35 a 39 anos, com ensino médio completo e renda de um salário mínimo. | Violência doméstica e familiar. | Faixa etária: 26-39 anos | Apesar do Brasil ser um país notoriamente violento com as mulheres, além de possuir a maior população dentre os países analisados. |
| Argentina | Mulheres, de 15 a 44 anos, 2% delas estavam grávidas e 3% tinham algum tipo de deficiência. | Violência psicológica e doméstica. | Violência doméstica, psicológica, econômica e física. | O número de denúncias recebidas durante a pandemia é menor se compararmos com os números argentinos e peruanos. |
| Colômbia | Mulheres colombianas, refugiadas, migrantes ou requerentes de asilo. | Violência psicológica, doméstica e econômica. | Aumento no número de denúncias 2019-2020: Brasil, Argentina e Colômbia, respectivamente, 14,13%, 150%, 130%. | Podendo assim refletir a dificuldade das |
| Peru | Mulheres entre 26 e 35. | Violência psicológica e física. | Diminuição no número de | |

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| | | | denúncias 2019-2020: Peru (dados escassos). | vítimas em denunciar seus agressores. |
|--|--|--|--|---|

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade (MMGD). Defensoria do Povo Colombiano (DPC). Observatório Colombiano da Mulher (OCM). Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (MMPV). *Elaboração própria.*

Considerações Finais

Os países analisados ocupavam, segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, os maiores índices de feminicídio dentre os países latino-americanos. Apesar da escassez de dados das fontes estatais, pode-se verificar que houve um aumento no número de casos de violência contra a mulher no Brasil, Argentina e Colômbia. A violência psicológica foi um denominador comum entre os países analisados, pois é transversal aos demais tipos de violência seja física, doméstica, econômica/patrimonial ou sexual. A violência doméstica foi a violência mais sofrida pelas mulheres durante a pandemia, principalmente na Colômbia, no Brasil e na Argentina. Importante salientar que o Brasil é um país notoriamente violento com as mulheres, além de possuir a maior população dentre os países analisados. Contudo, o número de denúncias recebidas durante a pandemia é menor se compararmos com os números argentinos e peruanos. Podendo assim refletir a dificuldade das vítimas em denunciar seus agressores. A Colômbia reconheceu o aumento de casos contra mulheres refugiadas, migrantes ou requerentes de asilo, e elucidou as questões econômicas e sociais, como o acesso ao sistema de saúde, sendo determinantes para o acréscimo do número de denúncias, além do aumento de 130% no número total de casos de violência contra a mulher colombiana. Por fim, o Peru ressaltou em seus dados a diminuição do número de casos de violência contra mulher ao comparar os anos de 2019 e 2020, mesmo com a eclosão da pandemia, e demonstrou dados divididos em faixa etária e tipos de violência.

Referências Bibliográficas

Barbosa, J. P. M.; Lima, R. C. D.; Santos, G. B. M.; Lanna, S. D.; Andrade, M. A. C. (2020). *Interseccionalidade e outros Olhares sobre a Violência contra Mulheres em Tempos de Pandemia pela Covid-19*. SciELO.

DPC. *Boletín Anual*. (2021a). Recuperado de: https://www.defensoria.gov.co/public/pdf/Boletin_Situacion_Mujer_2020.pdf

DPC. *Boletín Anual*. (2021b). Recuperado de: <https://www.defensoria.gov.co/es/nube/destacados/9800/Pandemia-agudizó-violencia-contra-mujeres-y---población-OSIGD.htm>

Gonza, E. L. J.; Rezende, B. C. (2020). *As Múltiplas Escalas da Violência contra as Mulheres: A Situação das Mulheres na América Latina durante a Pandemia da Covid-19*. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 45-61, dez.

IBGE. (2010). *Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família*. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128,129&ind=4704>

MMFDH. (2021). *Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020*. Recuperado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>

MMGD. (2021). *Información estadística*. Recuperado de: <https://www.argentina.gob.ar/generos/linea-144/informacion-estadistica>

MMPV. (2021) *Boletín Estadístico*. Recuperado de: <https://portalestadistico.pe/wp-content/uploads/2021/03/BV-Diciembre-2020.pdf>

OCM. (2020). *Décimo quinto boletín sobre la atención de líneas de atención telefónica a mujeres en el contexto de medidas de aislamiento preventivo por CovSar2 en Colombia*. Recuperado de: <http://www.equidadmujer.gov.co/oag/Documents/linea-155-boletin-15.pdf>

ONU Mulheres. (2020) *Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres*. Recuperado de: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>